


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010354-62.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Rodrigo Bessa Hidalgo**
 Requerido: **Mapfre Seguros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta por **Rodrigo Bessa Hidalgo** contra **MAPFRE SEGUROS**. Sustenta o autor que é proprietário do veículo Pajero TR4, Placa DLR 8500, cujo valor de mercado é de R\$ 24.223,00, sendo que o bem é segurado pela ré. Entretanto, afirma que, em 23/03/2016, houve colisão entre o veículo do autor e o de terceiros. Aduz que a ré se recusa a pagar o reparo total do veículo. Sustenta que, de acordo com o contrato de seguro, na cláusula 15.1, a fixação da indenização deve ser integral, eis que os prejuízos ultrapassaram 75% do valor de cotação do veículo na data do aviso do sinistro. Requer a condenação da ré ao pagamento de R\$ 24.223,00, ou seja determinada a reparação de todos os itens do veículo, bem como ao pagamento de danos morais, no valor de R\$ 20.000,00.

Em contestação, a ré sustenta que o veículo segurado sofreu danos de pequena monta, inferiores a 75% do valor do bem, sendo a ação improcedente. Autorizou os reparos no valor de R\$ 5.138,47, mas até agora o autor não levou o automóvel para na oficina. Aduz incabíveis as indenizações pleiteadas.

Réplica às fls.357/365.

Tendo em conta a discrepância dos orçamentos apresentados pelas partes, instada a se manifestar, a requerida requereu a realização de perícia, o que foi deferido pelo Juízo. Após a nomeação de perito, apresentação dos quesitos, a ré desistiu da prova pericial.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O caso é de julgamento antecipado da lide. O juízo deferiu a prova pericial requerida pela ré, que desistiu da produção de tal prova. No presente caso, aplicável o Código de Defesa do Consumidor, com a consequente inversão do ônus da prova. O autor, na época do acidente, era segurado da empresa ré, e se envolveu em acidente de veículo, que causou danos em seu bem. De acordo com os documentos acostados aos autos, o autor, por diversas vezes, entrou em contrato com a seguradora para a resolução amigável do problema (fls.119/124). Entretanto, houve uma divergência do orçamento para reparo do bem.

De acordo com orçamento realizado pela NAGÃ MOTORS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., o reparo do veículo custaria R\$ 15.762,79 para a lateral, e mais R\$ 2.660,79


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

para a parte dianteira, isso com substituição das peças avariadas (fls.147/149). Todavia, a requerida apresentou orçamento realizado pela mesma oficina, com um valor de R\$ 5.138,47 (fls.334). Com certeza tal diferença se deu pela opção de trocar ou reparar as peças avariadas.

A requerida teve a oportunidade de fazer prova acerca dos valores necessários ao reparo do veículo, e desistiu, pelo que, pela aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, tal ônus lhe incumbia.

Assim, levando em consideração o orçamento do reparo apresentado pelo autor, e que tal orçamento apresenta valor superior a 75% do valor do veículo, apresentado pela Tabela Fipe, devido o pagamento de R\$ 24.223,00, em obediência ao estabelecido no contrato de seguro, que estabelece na cláusula 15.1: *Será fixada a indenização integral quando os prejuízos e/ou despesas resultantes de mesmo sinistro atingirem ou ultrapassarem 75% (setenta e cinco por cento) do valor da cotação do veículo na data do aviso de sinistro.*

No que se refere aos danos morais, também razão assiste ao autor. A requerida tratou o requerente com descaso, e este precisou por meses andar com o carro avariado. Diversas vezes o autor tentou resolver o problema através de e-mails, inclusive acostados aos autos. Estranhamente a oficina passou valores diversos para o requerente e para a seguradora. Acresce que a própria seguradora poderia ter resolvido o inconveniente com facilidade, mas mesmo assim se absteve. Todavia, o patamar indenizatório pleiteado na inicial se mostra desarrazoado. O valor de R\$ 5000,00 se mostra proporcional, de modo a evitar o enriquecimento ilícito.

Diante o exposto, julgo procedente a ação para condenar a requerida ao pagamento de R\$ 24.223,00 (fls.151), acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a citação, e de correção monetária desde a data da propositura da ação, pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, observando que tal valor deve ser pago após a entrega do veículo avariado, bem como ao pagamento de R\$ 5.000,00, pelos danos morais sofridos, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento danoso, e de correção monetária pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo desde a data da sentença.

Imputo a ré o pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Expeça-se o necessário.

P.I.C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 28 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**